

SUMÁRIO

1. HISTÓRIA DO DIREITO DO TRABALHO	1
1.1 História geral do Direito do Trabalho	1
1.2 História do Direito do Trabalho no Brasil	4
2. TEORIA GERAL DO DIREITO DO TRABALHO	7
2.1 Denominação	7
2.2 Conceito	8
2.3 Divisão da matéria para fins didáticos	8
2.4 Autonomia do Direito do Trabalho	9
2.5 Relações com outros ramos do Direito	10
2.6 Natureza jurídica do Direito do Trabalho	12
2.7 Fontes do Direito do Trabalho	13
2.8 Fontes formais do Direito do Trabalho	15
2.8.1 Constituição	15
2.8.2 Leis	15
2.8.3 Atos do Poder Executivo	16
2.8.4 Sentença normativa	16
2.8.5 Jurisprudência	17
2.8.6 Sentença arbitral	18
2.8.7 Convenções e acordos coletivos	19
2.8.8 Usos e costumes	20
2.8.9 Regulamento de empresa	21
2.8.10 Contrato de trabalho	21
2.8.11 Princípios jurídicos	22



2.9 Interpretação do Direito do Trabalho	22
2.10 Integração do Direito do Trabalho	24
2.11 Eficácia no tempo das normas de Direito do Trabalho ...	26
2.12 Eficácia no espaço das normas de Direito do Trabalho ...	29
2.13 Princípios de Direito do Trabalho	30
2.13.1 Princípio protetor	33
2.13.2 Princípio da irrenunciabilidade	35
2.13.3 Princípio da primazia da realidade	36
2.13.4 Princípio da continuidade da relação de emprego ..	36
2.13.5 Outros princípios aplicáveis ao Direito do Trabalho	37
2.14 Flexibilização e Direito do Trabalho	40
 3. DIREITO INTERNACIONAL DO TRABALHO	 45
3.1 Introdução	45
3.2 Incorporação de normas internacionais ao sistema jurídico interno	45
3.3 Hierarquia da norma internacional no ordenamento jurídico nacional	48
3.4 Organização internacional do trabalho	51
3.5 Direito comunitário	54
 4. CONTRATO DE TRABALHO	 57
4.1 Contrato de trabalho e relação de emprego	57
4.2 Natureza jurídica	58
4.3 Contratação do empregado	59
4.4 Contrato de trabalho por equipe	62
4.5 Conceito de contrato de trabalho	62
4.6 Requisitos do contrato de trabalho	62
4.6.1 Pessoa natural	63
4.6.2 Pessoalidade	63
4.6.3 Não-eventualidade	63
4.6.4 Subordinação	63
4.6.5 Onerosidade	65
4.7 Características do contrato de trabalho	66
4.8 Elementos do contrato de trabalho	66
4.8.1 Contrato de trabalho com o índio	70

4.9 Cláusula de não-concorrência	72
4.10 Nulidade no Direito do Trabalho: trabalho ilícito e trabalho proibido	72
4.11 Direitos e deveres	75
4.12 Direitos intelectuais e invenções do empregado	76
4.13 Indenização por dano moral e material trabalhista	79
4.13.1 Trabalho análogo à condição de escravo e trabalho decente	85
4.14 Diferenças entre contrato de trabalho e outras modalidades contratuais	87
4.15 Contrato de trabalho a prazo determinado	88
4.16 Contratos de trabalho a prazo determinado em leis específicas	93
4.17 Trabalhador temporário: Lei 6.019/1974	101
5. EMPREGADO	105
5.1 Conceito	105
5.2 Modalidades de empregado	105
5.2.1 Empregado eleito diretor de sociedade	106
5.2.2 Empregado em domicílio e teletrabalho	106
5.2.3 Empregado doméstico	108
5.2.4 Empregado rural	110
5.2.5 Empregado público	113
5.2.6 Empregado aprendiz	118
5.2.7 Mãe social	122
5.3 Identificação profissional e registro do empregado	124
5.3.1 Carteira de Trabalho e Previdência Social	124
5.3.2 Registro de empregado	130
6. OUTRAS ESPÉCIES DE TRABALHADORES	131
6.1 Trabalhador avulso	131
6.2 Estagiário	134
6.3 Trabalhador autônomo	143
6.4 Trabalhador eventual	144
6.5 Trabalhador voluntário	145

7. EMPREGADOR	147
7.1 Conceito	147
7.2 Grupo de empresas	149
7.3 Consórcio de empregadores	151
7.4 Sucessão trabalhista	153
7.4.1 Sucessão trabalhista na Lei 11.101/2005	156
7.4.2 Despersonalização do empregador e teoria da descon- sideração da personalidade jurídica	158
7.4.3 Cartórios notariais e de registro (extrajudiciais)	161
7.5 Poder de direção do empregador	164
7.5.1 Verificação de <i>e-mail</i> pelo empregador	167
7.5.2 Regulamento de empresa	169
7.5.3 Revistas pessoais	169
8. TERCEIRIZAÇÃO	171
8.1 Introdução	171
8.2 Terceirização lícita e intermediação ilícita de mão-de-obra	172
8.3 Cooperativas de trabalho	179
9. REMUNERAÇÃO	181
9.1 Conceito	181
9.2 Parcelas de natureza salarial	183
9.2.1 Comissões e percentagens	183
9.2.2 Gratificações	184
9.2.3 Décimo terceiro salário	186
9.2.4 Quebra de caixa	187
9.2.5 Prêmios	188
9.2.6 Abonos	189
9.3 Adicionais ao salário	189
9.3.1 Adicional de horas extras	190
9.3.2 Adicional noturno	192
9.3.3 Adicional de transferência	193
9.3.4 Adicional de periculosidade	194
9.3.5 Adicional de insalubridade	198
9.4 Parcelas sem natureza salarial	214

9.4.1 Abono do PIS	215
9.4.2 Ajuda de custo	215
9.4.3 Diárias de viagem	216
9.4.4 Participação nos lucros	217
9.5 <i>Gueltas</i>	218
9.6 <i>Stock option</i>	219
9.7 Salário-família	220
9.8 Salário-maternidade	221
9.9 Formas de fixação do salário	223
9.10 Salário-utilidade	224
9.11 Utilidades sem natureza salarial	228
9.12 Tempo de pagamento do salário	231
9.13 Débitos salariais e mora contumaz	233
9.14 Local e forma de pagamento do salário	234
9.15 Garantias de proteção do salário	235
9.15.1 Garantias do salário perante o empregador	235
9.15.2 Garantias do salário perante credores do empregado	240
9.15.3 Garantias do salário perante credores do empregador	243
10. EQUIPARAÇÃO SALARIAL E POLÍTICA SALARIAL	249
10.1 Introdução	249
10.2 Requisitos da equiparação salarial	251
10.2.1 Identidade de funções	251
10.2.2 Identidade de empregador	253
10.2.3 Identidade de local de trabalho	254
10.2.4 Trabalho de igual valor	255
10.2.5 Ausência de quadro de carreira na forma dos §§ 3.º e 4.º do art. 461 da CLT	257
10.2.6 Simultaneidade na prestação dos serviços	258
10.2.7 Empregado readaptado e que não pode servir de paradigma	259
10.3 Equiparação salarial por função análoga	260
10.4 Equiparação salarial por equivalência	261
10.5 Salário do período de substituição não provisória	262

10.6 Equiparação salarial na terceirização	262
10.6.1 Equiparação salarial na intermediação de mão-de-obra	265
10.7 Política salarial	267
10.7.1 Salário mínimo	267
10.7.2 Salário profissional e piso da categoria	268
10.7.3 Política salarial em vigor	271
11. ALTERAÇÕES NO CONTRATO DE TRABALHO	275
11.1 Introdução	275
11.2 Requisitos	275
11.3 <i>Jus variandi</i>	277
11.4 Transferência do empregado	279
11.4.1 Transferência ao exterior	283
12. SUSPENSÃO E INTERRUPÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO ..	287
12.1 Introdução	287
12.2 Distinção e conceito	288
12.3 Hipóteses	288
12.3.1 Aborto	288
12.3.2 Acidente do trabalho	289
12.3.3 Auxílio-doença	293
12.3.4 Aposentadoria por invalidez	294
12.3.5 Aviso prévio	295
12.3.6 Eleição para cargo de diretor da sociedade	296
12.3.7 Encargo público	296
12.3.8 Faltas justificadas	297
12.3.9 Férias	303
12.3.10 Greve	304
12.3.11 Inquérito judicial para apuração de falta grave	305
12.3.12 Intervalo para descanso e refeição	309
12.3.13 Intervalo dos serviços de mecanografia e digitação	310
12.3.14 Intervalo do trabalho em minas de subsolo	310
12.3.15 Intervalo em câmaras frias	310
12.3.16 Intervalo interjornada	311
12.3.17 Licença-maternidade	311

12.3.18 <i>Lockout</i>	319
12.3.19 Prisão e detenção do empregado	319
12.3.20 Prontidão e sobreaviso	319
12.3.21 Repouso semanal remunerado e feriados	320
12.3.22 Representação sindical	321
12.3.23 Segurança nacional	321
12.3.24 Suspensão disciplinar	322
12.3.25 Suspensão por violência doméstica e familiar à mu- lher	323
12.4 Suspensão do contrato de trabalho para qualificação pro- fissional	324
12.5 Suspensão do contrato de trabalho e dispensa do empre- gado	328
13. CESSAÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO	331
13.1 Terminologia	331
13.2 Classificação e conceito	331
13.3 Direito internacional	333
13.4 Modalidades de dispensa	335
13.5 Classificação das modalidades de cessação do contrato de trabalho	336
13.5.1 Dispensa sem justa causa	336
13.5.2 Dispensa com justa causa	339
13.5.3 Culpa recíproca	358
13.5.4 Demissão	359
13.5.5 Despedida indireta	359
13.5.5.1 Dispensa indireta e possibilidade de perma- nência no serviço	367
13.5.6 Cessação do contrato por falecimento do empregado .	370
13.5.7 Cessação do contrato por falecimento do empregador pessoa física	370
13.5.8 Extinção da empresa pelo falecimento do emprega- dor	371
13.5.9 Cessação do contrato de trabalho por consentimento das partes	372
13.5.10 Cessação do contrato de trabalho por força maior	374
13.5.11 Cessação do contrato de trabalho por <i>factum prin- cipis</i>	376

13.5.12 Cessação do contrato de trabalho por tempo determinado	378
13.6 Assistência na rescisão do contrato de trabalho	380
13.7 Comissão de conciliação prévia	387
14. AVISO PRÉVIO	393
14.1 Introdução	393
14.2 Conceito	394
14.3 Fundamento	394
14.4 Natureza jurídica	394
14.5 Prazo e forma	395
14.6 Finalidade	396
14.7 Cabimento	396
14.8 Consequências da ausência de concessão do aviso prévio	397
14.9 Aviso prévio e trabalho no período	400
14.10 Justa causa durante o aviso prévio	402
14.11 Reconsideração do aviso prévio concedido	403
15. ESTABILIDADE	405
15.1 Introdução	405
15.2 Denominação	405
15.3 Conceito	406
15.4 Fontes formais do direito de estabilidade	407
15.5 Estabilidade por tempo de serviço	407
15.6 Garantias de emprego	411
15.6.1 Dirigente sindical	411
15.6.2 Representante da CIPA	417
15.6.3 Empregada gestante	419
15.6.4 Empregado acidentado	422
15.6.5 Empregado eleito diretor de cooperativa	425
15.6.6 Empregado membro da Comissão de Conciliação Prévia	426
15.6.7 Membro do Conselho Curador do FGTS	427
15.6.8 Membro do Conselho Nacional de Previdência Social	428

15.6.9 Empregado reabilitado e empregado portador de deficiência	428
15.6.10 Período eleitoral	429
15.6.11 Estabilidade de servidores públicos regidos pela CLT	431
15.6.12 Estabilidade do art. 19 do ADCT	433
16. INDENIZAÇÃO	435
16.1 Introdução	435
16.2 Conceito	436
16.3 Natureza jurídica	436
16.4 Evolução do sistema de despedida no Brasil	437
16.5 Indenização por tempo de serviço	439
16.5.1 Aposentadoria e contrato de trabalho	445
16.6 Indenização nos contratos a prazo determinado	450
16.7 Indenização compensatória de 40% do FGTS	452
16.8 Indenização adicional	453
17. FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO	457
17.1 Introdução	457
17.2 Conceito	459
17.3 Natureza jurídica	459
17.4 Administração	461
17.5 Sujeitos da obrigação de depositar o FGTS	462
17.6 Depósitos do FGTS	464
17.7 Prazo para depósito do FGTS	465
17.8 Fiscalização do FGTS	466
17.9 Cobrança do FGTS	467
17.10 Saque do FGTS	468
17.11 Prescrição do FGTS	471
17.12 Diferença de indenização compensatória de 40% do FGTS decorrente de expurgos inflacionários	472
18. JORNADA DE TRABALHO	475
18.1 Introdução	475
18.2 Denominação e conceito	476

18.3 Natureza jurídica	477
18.4 Classificação	478
18.5 Fundamentos para a limitação da jornada de trabalho	479
18.6 Duração normal da jornada de trabalho	480
18.7 Horas <i>in itinere</i>	480
18.8 Variação de horário no registro de ponto	483
18.9 Trabalho em regime de tempo parcial	484
18.10 Trabalho em regime de escala de revezamento	486
18.11 Empregados excluídos do regime de duração do trabalho	490
18.12 Jornada de trabalho especial do empregado bancário	494
18.13 Jornada de trabalho especial do advogado empregado ..	497
18.14 Prorrogação da jornada de trabalho	498
18.14.1 Acordo de prorrogação da jornada de trabalho	499
18.14.2 Prorrogação de jornada decorrente de necessidade imperiosa	500
18.14.3 Prorrogação para recuperação de tempo de não realização do trabalho	502
18.14.4 Cálculo das horas extras	503
18.15 Compensação da jornada de trabalho	506
18.16 Trabalho noturno	510
19. INTERVALOS PARA DESCANSO	515
19.1 Introdução	515
19.2 Denominação	515
19.3 Conceito e natureza jurídica	516
19.4 Intervalo intrajornada	516
19.4.1 Intervalo para descanso e refeição	517
19.4.2 Serviço de mecanografia e digitação	522
19.4.3 Serviços em frigorífico e câmara fria	525
19.4.4 Serviços em minas e subsolo	526
19.4.5 Intervalo para amamentação	526
19.5 Intervalo interjornada	527
20. REPOUSO SEMANAL REMUNERADO	529
20.1 Introdução	529

20.2 Denominação e conceito	530
20.3 Natureza jurídica	531
20.4 Descanso semanal remunerado e trabalho aos domingos	531
20.4.1 Remuneração do descanso semanal	536
20.5 Descanso remunerado e trabalho em feriados	538
20.5.1 Remuneração dos feriados	542
20.6 Descanso semanal remunerado e feriados na relação de emprego doméstico	542
21. FÉRIAS	545
21.1 Introdução	545
21.2 Conceito	546
21.3 Natureza jurídica	546
21.4 Classificação	546
21.5 Período aquisitivo	548
21.5.1 Duração das férias	549
21.5.2 Perda do direito às férias	552
21.6 Período concessivo	553
21.6.1 Fracionamento das férias	554
21.6.2 Feriados no curso das férias	557
21.7 Comunicação das férias	558
21.8 Remuneração das férias	559
21.9 Abono pecuniário de férias	561
21.10 Férias concedidas após o período concessivo	562
21.11 Cessação do contrato de trabalho e efeitos quanto às férias	563
21.12 Prescrição da pretensão quanto às férias	567
21.13 Férias do empregado doméstico	568
21.14 Férias do professor	569
21.15 Férias do marítimo	570
22. TRABALHO DA MULHER	571
22.1 Introdução	571
22.2 Fundamento das normas de proteção do trabalho da mu- lher	574
22.3 Condições de trabalho da mulher	575

22.4 Normas de proteção do trabalho da mulher que ainda persistem na CLT	577
22.4.1 Duração, condições do trabalho e discriminação contra a mulher	577
22.4.2 Trabalho noturno da mulher	580
22.4.3 Períodos de descanso no trabalho da mulher	581
22.4.4 Métodos e locais de trabalho da mulher	582
22.5 Proteção à maternidade	585
23. TRABALHO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	587
23.1 Introdução	587
23.2 Denominação e conceito	590
23.3 Fundamento das normas de proteção ao trabalho da criança e do adolescente	590
23.4 Conselhos tutelares e conselhos de direitos da criança e do adolescente	591
23.5 Trabalho proibido ao menor	592
23.6 Deveres e responsabilidade em relação ao menor	595
23.7 Trabalho educativo	597
24. NACIONALIZAÇÃO DO TRABALHO	599
24.1 Introdução	599
24.2 Disposições sobre a nacionalização do trabalho na CLT e sua vigência	600
24.3 Formalização do contrato de trabalho com o empregado estrangeiro	604
25. SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO	607
25.1 Introdução	607
25.2 Denominação e conceito	608
25.3 Segurança e medicina do trabalho e meio ambiente do trabalho	609
25.4 Disposições gerais	609
25.5 Inspeção prévia e interdição de estabelecimento	610
25.6 Serviços especializados em segurança e medicina do trabalho (SESMT)	611

25.7 Comissão interna de prevenção de acidentes (CIPA)	612
25.8 Equipamento de proteção individual	612
25.9 Medidas preventivas de medicina do trabalho (PPRA, PCMSO e ASO)	612
25.10 Edificações	614
25.11 Iluminação	615
25.12 Conforto térmico	615
25.13 Instalações elétricas	616
25.14 Movimentação, armazenagem e manuseio de materiais ..	616
25.15 Máquinas e equipamentos	617
25.16 Caldeiras, fornos e recipientes sob pressão	617
25.17 Prevenção da fadiga	618
25.18 Indústria de construção	619
25.19 Trabalho a céu aberto	619
25.20 Trabalhos em minas e subsolos	619
25.21 Proteção contra incêndio	621
25.22 Condições sanitárias	621
25.23 Resíduos industriais	621
25.24 Sinalização de segurança	622
25.25 Asbesto (amianto)	622
25.26 Insalubridade	623
25.27 Periculosidade	625
25.28 Normas comuns à insalubridade e à periculosidade	627
25.29 Meio ambiente de trabalho rural	629
25.30 Explosivos	629
25.31 Líquidos combustíveis e inflamáveis	629
25.32 Registro profissional do técnico de segurança do trabalho	630
25.33 Fiscalização e penalidades	630
25.34 Segurança e saúde no trabalho portuário	630
25.35 Segurança e saúde no trabalho aquaviário	631
25.36 Segurança e saúde no trabalho em serviços de saúde ...	631
25.37 Segurança e saúde nos trabalhos em espaços confinados	631

26. FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO	633
26.1 Introdução	633
26.2 Natureza jurídica	634
26.3 Carreira, atribuições, identificação e poderes	637
26.4 Dupla visita	639
26.5 Autuação	640
26.6 Processo administrativo e multa na fiscalização do trabalho	641
27. PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA NO DIREITO DO TRABALHO	645
27.1 Conceito	645
27.2 Prescrição e decadência	646
27.3 Prescrição no direito do trabalho	653
27.4 Prescrição do trabalhador rural	660
27.5 Prescrição da indenização por danos morais e materiais e decorrentes de acidente do trabalho	662
28. DIREITO COLETIVO DO TRABALHO	667
28.1 Introdução	667
28.2 Princípios de direito coletivo do trabalho	668
28.3 Direito coletivo do trabalho na constituição federal de 1988	669
28.4 Liberdade sindical	671
28.5 Limitações ao princípio da liberdade sindical	676
28.6 Cláusulas que limitam a liberdade sindical	695
28.7 Condutas anti-sindicais	696
28.8 Sindicato	697
28.8.1 Enquadramento sindical	698
28.8.2 Órgãos do sindicato	699
28.8.3 Eleições sindicais	699
28.9 Entidades sindicais de grau superior	699
28.10 Centrais sindicais	700
28.11 Funções do sindicato	707
28.12 Receitas do sindicato	710
28.13 Conflitos coletivos de trabalho	712

28.14 Negociação coletiva	715
28.15 Contratação coletiva de trabalho	716
28.16 Relação entre contrato individual de trabalho e instrumento normativo	727
28.17 Incorporação ao contrato individual de trabalho	728
28.18 Negociação coletiva na administração pública	732
28.19 Representação e participação dos trabalhadores na em- presa	734
28.20 Greve	737
28.20.1 Classificação	738
28.20.2 Limites	739
28.20.3 Legitimidade e interesse	741
28.20.4 Procedimento	743
28.20.5 Direitos e deveres	745
28.20.6 Abuso do direito de greve	746
28.20.7 Efeitos sobre o contrato de trabalho	746
28.20.8 Instauração de dissídio coletivo de greve	747
28.21 <i>Lockout</i>	751
BIBLIOGRAFIA	753